

Curso de graduação em Jornalismo da Terra: construindo uma outra Comunicação pela vivência de uma cidadania insurgente¹

Márcia Vidal Nunes²

Catarina Tereza Farias de Oliveira³

Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará

Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, Ceará

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar a contribuição do curso de graduação em Jornalismo da Terra, da Universidade Federal do Ceará, ao fortalecimento dos processos de Comunicação internos e externos dos assentados e assentadas da reforma agrária no Brasil. O artigo busca analisar, também, em que medida estas experiências de Comunicação Comunitária ajudaram a abrir novos caminhos, para aperfeiçoar a comunicação entre os militantes do Movimento Sem Terra e facilitar a Comunicação com a sociedade em geral, ampliando o exercício de uma cidadania, que se classificaria como insurgente, na concepção de Holston (2013).

Palavras-chave: Jornalismo da Terra; cidadania; mídia; reforma agrária.

Novas formas de participação segundo OLIVEIRA (2000:11), devem possibilitar o rompimento com as práticas discursivas que impõem o “silêncio” e a hegemonia de opiniões como é feito comumente na mídia comercial, cuja maioria é declaradamente descompromissada com o interesse coletivo, e indicar novas formas de construção da agenda pública. Isto pode ser possível, graças à crescente expansão e implantação de diversificadas experiências levadas a cabo por vários movimentos sociais que projetam diferentes vozes e questões no cenário público. Assim, a opinião dominante difundida na mídia convencional, que busca formar uma espiral de silêncio diante da maioria, pode ser contraposta à prática de muitos movimentos que pela sua projeção social retomam, momentaneamente, a esfera pública.

O Curso de graduação em Jornalismo da Terra foi criado, justamente, para atender à demanda apresentada pelos assentados e assentadas da reforma agrária, visando, com a formação de jornalistas, garantir o acesso da população do campo, nas áreas de

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, XV Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFC, email: marciavn@hotmail.com.

³ Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFC, email: catarinaoliveira30@gmail.com

assentamentos, a uma Comunicação em sintonia com os interesses dos assentados e assentadas da reforma agrária.

Ele foi ofertado, em turma única, através de um convênio entre a Universidade Federal do Ceará e Ministério do Desenvolvimento Agrário (representado pela INCRA/Ceará), para sessenta assentados e assentadas da reforma agrária de vinte e dois Estados do Brasil e do Distrito Federal, dependendo da aprovação no vestibular. Dessa forma, o curso atingiu, diretamente, sessenta assentamentos⁴; e, indiretamente, um público de trezentos assentamentos em todo o país, mediante o trabalho de formação que os graduandos passaram a desenvolver nos Estados e em outros assentamentos, tendo como perspectiva o atendimento, aproximadamente, de cinco assentamentos por educando.

O curso de Bacharelado em Comunicação, com graduação em Jornalismo da Terra, que aconteceu no período de 2010 a 2013, formou quarenta e cinco alunos dos sessenta que iniciaram. Segundo pesquisa dos assentados e assentadas da reforma agrária, existiam quinhentas escolas públicas nos assentamentos e acampamentos vinculados à reforma agrária, atendendo a cento e sessenta mil crianças e adolescentes sem-terra por ocasião do surgimento do curso. Destas, cinquenta escolas ofereciam o ensino médio e o médio profissionalizante, com cursos como Técnico em Administração de Cooperativas, Técnico em Saúde Comunitária, por exemplo. Estimava-se que pelo menos cinco mil jovens haviam concluído ou estivessem concluindo o nível médio nestes assentamentos, sem incluir aqueles que realizaram seus estudos nas áreas urbanas ou que haviam sido recentemente assentados.

⁴ Os estudantes do curso de Jornalismo da Terra eram provenientes dos seguintes assentamentos: assentamento Novo Horizonte, Ceará; assentamento Mártires de Abril, PA; assentamento Carlos Lamarca, São Paulo; assentamento 40-45, Goiás; Itaituba, Pará; Fazenda Pirituba Agrovila I; assentamento Mártires de Abril, Pará; assentamento Palmares, Ceará; assentamento Santa Bárbara, Ceará; assentamento Olga Benário, Paraná; assentamento Januário Moreira, Pernambuco; assentamento Comuna da Terra Irmã Alberta, São Paulo; assentamento Contestado, Paraná; assentamento Milton Santos, São Paulo; assentamento São Sebastião da Utinga, Bahia; assentamento Lucas Dantas, Bahia; assentamento Imperatriz, Maranhão; assentamento Marrecas, Piauí; assentamento 29 de maio, Ceará; assentamento Flores, Ceará; assentamento São Manoel, Ceará; Erechim, Rio Grande do Sul; assentamento Normandia, Pernambuco; assentamento P.A. Lenin Paz II, Ceará; assentamento Boa Esperança, Rio de Janeiro; assentamento Novo Alagamar, Ceará; assentamento Coqueirinho, Ceará; assentamento Lisboa, Piauí; assentamento Palmares, Ceará; assentamento Madre Paulina, Pernambuco; assentamento 17 de abril, Pará; assentamento Sabiaguaba, Ceará; assentamento Vila Diamante, Maranhão; assentamento Josué de Castro, Pernambuco; assentamento Terra, Trabalho e Liberdade, Rio Grande do Norte; assentamento Diamante Negro, Maranhão; assentamento Lagoa do Mato Camara/Zumbi dos Palmares, Ceará; assentamento Santa Rosa II, Paraná; assentamento Lagoa do Mineiro, Ceará; assentamento Santana, Ceará; assentamento P.A. Madre Cristina, Goiânia; assentamento P.A. Oziel Alves Pereira, Minas Gerais.

Da mesma forma, através do Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária (PRONERA), criado em 1998, pelo Governo Federal, e de outras políticas públicas, cerca de quatro mil estudantes ingressaram nos cursos de graduação, através da parceria com pelo menos cinquenta instituições de ensino, com aproximadamente cem turmas de cursos superiores.

Estas políticas públicas possibilitaram a atuação de cerca de quatro mil educadores, de nível médio superior, em áreas de reforma agrária. Além dos educadores, os assentamentos são espaço de atuação para cerca de duzentos técnicos agrícolas, veterinários e agrônomos responsáveis pela assistência técnica, assistentes sociais e, agora, jornalistas. Desta forma, ainda que em números absolutos, as sessenta vagas abertas pelo curso de Jornalismo da Terra hajam parecido insuficientes, para as demandas profissionais e de escolarização, seu impacto real foi significativo, dado o pioneirismo do curso, para minorar as deficiências na Comunicação interna entre os assentados e destes com o restante da sociedade.

O profissional de jornalismo, capacitado para área comunitária e agrária, possui melhores condições de desenvolver meios e formas próprias de Comunicação que favoreçam a sociabilidade das famílias assentadas, melhorando o fluxo interno de Comunicação e o diálogo destas comunidades com as localidades onde estão inseridas. Seu trabalho, associado às estruturas já existentes, como a própria escola e a assistência técnica, potencializam mutuamente estas atividades e permitem o desenvolvimento social destas comunidades, partindo do princípio “freireano” de que é através da comunicação que os seres humanos forjam-se sujeitos (FREIRE, 1983).

Considerando a realidade política, social, econômica e educacional brasileira, com ênfase na questão agrária, na convivência com o semi-árido e na necessidade de um desenvolvimento do campo, que garanta a sustentabilidade econômica, social, ambiental e democrática da população camponesa, este projeto objetivou compreender a Comunicação, sua organização de trabalho e sua função como instituição inserida no contexto histórico, social e cultural, buscando alternativas de ação na construção de uma Comunicação Comunitária de boa qualidade para todos, em que pudesse haver o resgate e o estabelecimento de relações sócio-econômicas e ambientais para a convivência com o semi-árido; habilitando comunicadores de áreas de assentamentos, em curso superior, para o exercício do Jornalismo no campo.

A luta pelo acesso à educação demonstra que os sem terra querem ampliar o exercício da cidadania, que não pode ser reduzido, apenas, à cidadania política:

(...) a democracia política não é suficiente para garantir a cidadania civil e social e para produzir um estado democrático de direito. Sem esses dois elementos, a realização da cidadania democrática continua ineficaz, e a própria democracia política perde legitimidade como forma de governo. Portanto, o problema das concepções políticas estreitas da democracia é que não conseguem analisar as próprias contradições que caracterizam os processos democráticos contemporâneos em todo o mundo e que solapam democracias políticas existentes de fato. (...). (HOLSTON, 2013:298)

No Brasil, o que sempre predominou foi a cidadania diferenciada (HOLSTON, 2013) que implicou na vivência de direitos políticos, sociais e civis de acordo com o posicionamento social.

Em muitas nações, independência e governo republicano assinalam o desenvolvimento de movimentos pela igualdade de direitos, mas o começo da República no Brasil marcou o início de disparidades ainda maiores entre os cidadãos. Como resultado, a maioria dos brasileiros teve direitos de cidadania desiguais durante séculos sob os regimes colonial, imperial e republicano. Essa extraordinária persistência de desigualdade de massas caracteriza todos os aspectos da cidadania, não apenas os políticos, e afeta tanto a sociedade quanto o Estado. Os brasileiros captaram a imensidão dessa desigualdade de forma sucinta num aforismo: “O Brasil é uma terra sem povo e um povo sem terra” (HOLSTON, 2013: 155).

Nesse sentido, o curso de Jornalismo da Terra foi uma contribuição ao aprofundamento da vivência democrática e ao exercício de uma cidadania insurgente:

As mesmas forças que de fato fragmentaram e dominaram os pobres rurais, reduzindo sua existência a “meras vidas”, incitam os pobres urbanos a exigir uma vida de cidadão. No entanto, não é na fábrica ou nas salas de sindicatos ou nas urnas de votação que eles articulam essa exigência com mais força e originalidade. É no domínio do *oikos*, na zona da vida doméstica, tomando forma nas remotas periferias urbanas em torno da autoconstrução de residências. É uma insurgência que começa com a luta pelo direito a uma vida cotidiana na cidade merecedora da dignidade de cidadão. Do mesmo modo, suas demandas por uma nova forma de cidadania são concebidas em termos de moradia, propriedade, encanamento, creches, segurança e outros aspectos da vida cotidiana. Seus líderes são os “meramente cidadãos” do regime entrincheirado: mulheres, trabalhadores braçais, favelados, semianalfabetos e, acima de tudo, aqueles cujas famílias têm posses precárias de suas casas e que mal conseguem assegurar um lote residencial numa região distante dos centros da elite. Esses são os cidadãos que, no processo de construir seus espaços residenciais, não apenas constroem uma grande e nova cidade como, sobre essa fundação, a constituem como uma pólis com uma diferente ordem de cidadania. (HOLSTON, 2013:401)

Outros objetivos específicos do curso foram a promoção do domínio de conteúdos científicos e técnico-pedagógicos, para capacitar os futuros profissionais em Comunicação (Jornalismo), com ênfase na especificidade do campo; a implementação de propostas pedagógicas em Comunicação que valorizassem o saber do homem e da mulher do campo e que contribuíssem para a produção de novos conhecimentos, para garantir sua qualidade de vida em suas localidades e regiões.

1 – Educação: prioridade do Movimento sem Terra

Os assentados e assentadas conotaram à reforma agrária uma compreensão maior do que a simples distribuição de terras. A reforma agrária passou a ser entendida como um conjunto de políticas que permitissem uma vida digna e de qualidade no campo. É neste contexto que se inseriram ações como o Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária - PRONERA, mas, também, a demanda por qualificar as ações de Comunicação dos sem terra, tantas vezes criminalizados ou discriminados pela mídia convencional.

Assim, a Universidade Federal do Ceará – UFC propôs a criação da modalidade Bacharelado em Comunicação (habilitação em Jornalismo) – Programa para Formação de Comunicadores do Campo/ (JORNALISMO DA TERRA), disponibilizando seus recursos e pessoal docente, discente e técnico-administrativo, para contribuir com a formação superior de jornalistas que atuavam no campo, em áreas de Reforma Agrária.

Eram aproximadamente mil seiscentos e vinte assentamentos criados pelo INCRA até 1999, no Nordeste. A formação de jornalistas, nestes assentamentos, foi um desafio assumido pela UFC em parceria com o INCRA/Ceará, para garantir a luta dos comunicadores em defesa de uma formação continuada para o exercício pleno da Comunicação, bem como lhes proporcionar uma formação adequada às características e aos desafios da realidade específica do campo.

A construção do projeto do curso de Jornalismo da Terra se deu na perspectiva dialógica, com a participação coletiva dos assentados e assentadas da reforma agrária em todas as fases do processo e tomando por base sua realidade concreta:

A educação, pelo contrário, em lugar de ser esta transferência do saber – que o torna quase “morto” –, é situação gnosiológica em seu sentido mais amplo. Por isto é que a tarefa do educador não é a de quem se põe como sujeito cognoscente diante de um objeto cognoscível para, depois de conhecê-lo, falar dêle discursivamente a seus educandos, cujo papel seria o de arquivadores de seus *comunicados*.

A educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados.(FREIRE, 1983:46).

O sujeito objeto da educação constrói a si próprio à medida em que se integra à sua realidade concreta. A possibilidade do sujeito fazer-se a si próprio, enquanto transforma a realidade e se produz como um sujeito histórico CALDART (2004: 332-333):

Em todos os tempos foi assim. As lutas sociais produziram as transformações históricas porque conformaram os próprios sujeitos capazes de fazê-las e de consolidar os novos parâmetros da vida em sociedade que criavam.

2. Etapas do curso de Jornalismo da Terra

O projeto do curso de Jornalismo da Terra, desde o processo de sua elaboração, foi resultado de uma ação coletiva do INCRA Ceará, da equipe da Universidade Federal do Ceará e das comunidades assentadas, cada um desempenhando um papel fundamental para a concretização de todas as ações.

Desde agosto de 2009, iniciamos o processo de trabalho voltado à implantação do Curso, por meio do qual se mobilizaram as parcerias, realizaram-se reuniões para planejamento das primeiras atividades de ensino, executou-se a seleção de estudantes universitários para as atividades de apoio ao ensino e extensão de professores, com formação específica (graduação e pós-graduação), para ministrar aulas no projeto.

Executamos treinamentos específicos para alunos e professores, instruindo-os sobre as especificidades do curso de Jornalismo da Terra, a realidade dos assentados e assentadas da reforma agrária, a necessidade da utilização de técnicas motivadoras de ensino e aprendizado e da introdução de novas dinâmicas que pudessem apontar para formas inovadoras de apreensão dos conteúdos e reflexão sobre as temáticas tratadas no curso.

Alunos e professores que atuaram no projeto foram selecionados de acordo com as normas do Pronex e da UFC. As disciplinas foram ministradas por professores efetivos e professores especialistas contratados através de processo seletivo simples. Os estudantes universitários, que apoiavam as ações junto aos alunos, eram provenientes da graduação regular em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo.

3. Reuniões de planejamento e avaliação com professores

No início da terceira e da quarta etapas, em 2011, contávamos com cinquenta e um alunos matriculados dos sessenta que iniciaram o curso. Já no início da quinta etapa, em

dezembro de 2011, este número caiu para cinquenta alunos. Em 2012, tivemos mais cinco desistências ao longo da quinta e sexta etapas.

Para o planejamento das atividades ao longo de todas as etapas, contamos com a participação da equipe e dos parceiros, visando definir calendário, locais de realização das atividades, disciplinas e seminários a serem realizados, organização do tempo escola⁵ e do tempo comunidade⁶, espaços para as atividades de ensino, escala de laboratórios e outras atividades.

Quanto ao planejamento de ensino (seleção de conteúdos, escolha e produção de materiais didáticos, definição de procedimentos metodológicos e avaliação), a equipe pedagógica realizou várias reuniões, para estruturar todo o esquema de trabalho de todas as etapas do curso.

Os alunos universitários, sob a supervisão pedagógica e da coordenação geral do curso, realizaram o planejamento para o acompanhamento das atividades dos professores em sala de aula durante o tempo escola, com assessoria permanente aos alunos, inclusive fora da sala de aula, com duas horas diárias de acompanhamento nas tarefas e estudos no alojamento em que os alunos estavam instalados ou nas dependências da própria Universidade.

Os estudantes universitários também executaram, sempre com o apoio da supervisão pedagógica e da coordenação geral do curso, o planejamento para a execução das atividades do tempo comunidade (elaboração de cronogramas de deslocamento, realização de oficinas, sistemática de estudos, reuniões).

Os estudantes universitários, do curso de Jornalismo regular, atuaram como monitores no projeto por meio de duas ações interligadas, acompanhamento e apoio às atividades de ensino no tempo escola e no tempo comunidade. Com este fim, a coordenação pedagógica realizou, periodicamente, reuniões com os estudantes universitários, visando orientá-los no planejamento e avaliação das atividades que foram desenvolvidas com os alunos e alunas do projeto.

Ainda visando à formação dos alunos universitários e demais membros da equipe, foi executado um trabalho de aprofundamento e investigação dos temas ligados ao

⁵ Tempo escola ou período presencial de, inicialmente, trinta dias e, a partir do quarto semestre, de quarenta e cinco dias, em que os alunos viam, de forma concentrada, em Fortaleza, setenta por cento do conteúdo das disciplinas do semestre.

⁶ Tempo comunidade que compreendia o restante do semestre em que os estudantes retornavam aos assentamentos e concluíam trinta por cento da carga horária das disciplinas através de trabalhos e outras atividades em consonância com seu trabalho no campo.

Jornalismo da Terra, bem como das relações entre a mídia e a questão da terra, no Grupo de Pesquisa Mídia, Cultura e Política⁷, que se reunia quinzenalmente, discutindo trabalhos relacionados a este campo de estudos.

Estes alunos da graduação, juntamente com os estudantes universitários da equipe do Jornalismo da Terra, executaram oficinas, na área de Comunicação, nos assentamentos, como parte das atividades do Programa de Assessoria às Rádios Comunitárias do Ceará, o projeto de extensão PARC, coordenado pela professora Márcia Vidal desde 1984.

Além disso, integraram o Grupo de Estudos Mídia, Cultura e Política, os alunos do Mestrado em Comunicação, vinculados à linha de pesquisa Mídia e Processos Socioculturais, que desenvolvem trabalhos ligados às relações entre mídia, movimentos sociais e cidadania.

Ao longo do curso e, especialmente, durante os dois semestres de 2013, trabalhamos o aprofundamento sobre as categorias de mídia, cidadania e movimentos sociais e assistimos à apresentação de vários projetos de monografia, dissertações de Mestrado, pesquisas coletivas e trabalhos de Pós-Doutorado⁸, envolvendo temáticas ligadas aos assentados e assentadas da reforma agrária.

3- Desenvolvimento da proposta curricular

A proposta curricular para este curso teve como ponto de partida os interesses e a realidade dos diversos assentamentos dos Estados envolvidos, em todo o país. Para melhor atender a esta realidade, o Curso foi organizado a partir de eixos temáticos, articulando os

⁷ O grupo de estudos Mídia, Cultura e Política, coordenado pela professora Márcia Vidal Nunes e pela professora Catarina Tereza Farias de Oliveira, conta com a participação do professor Edgard Patrício de Almeida Filho, todos professores permanentes do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFC, além da presença dos estudantes universitários do Mestrado em Comunicação e de alunos da Graduação em Jornalismo, especialmente da disciplina Jornalismo no Terceiro Setor, que participaram das atividades, num esforço de integração entre sala de aula, pesquisa e extensão.

⁸Dissertações de Mestrado, orientadas por Márcia Vidal Nunes, no PPGCOM da UFC: Helena Martins do Rêgo Barreto. Comunicação e contra-hegemonia: a produção comunicativa como estratégia política do MST, 2010, bolsa Capes; Isabelle Azevedo Ferreira. Resistência e projeto: o ambientalismo na construção da identidade do movimento dos trabalhadores rurais sem terra, 2014, bolsa Capes; Camila Chaves Ferreira. Entre (Sem) Terras e Fronteiras: o Diálogo como Tática do Movimento, 2011, bolsa FUNCAP; Antônio Simões Menezes. Jornalismo de resistência: apropriação das estratégias discursivas do campo midiático pela revista Sem-Terra. 2010.

Pesquisa financiada pelo CNPq, intitulada Mídia Comunitária do MST: análise do processo de formação da auto-imagem do movimento (2008-2009) e coordenada pelas professoras Catarina Tereza Farias de Oliveira e Márcia Vidal Nunes. **OLIVEIRA, C. T. F.** . Comunicação, recepção e memória no Movimento Sem Terra: etnografia do assentamento Itapuí/RS. 1. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014. v. 500. 176p.

Marilene de Oliveira Silva. Assentamento Francisco Océlio Alves: Um estudo de caso dos Movimento sociais e a Educação do campo. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Educação) - Universidade Estadual do Ceará. Orientador: Catarina Tereza Farias de Oliveira.

conteúdos, que foram distribuídos nas diversas unidades curriculares, de forma contextualizada e integrada, numa perspectiva curricular interdisciplinar e transversal.

Foram princípios orientadores desta proposta: a compreensão da Comunicação como uma prática humana e histórica, envolvendo em sua dinâmica tanto as relações sociais mais amplas, como as realizadas a nível local; como prática social, a Comunicação deve possibilitar o acesso ao conhecimento, permitindo o agir sobre o mundo de forma criativa e reflexiva; a Comunicação contribui, ainda, para a emancipação individual e coletiva, estabelecendo relações mais igualitárias, produzindo e democratizando os conhecimentos; acesso aos saberes populares e científicos deve ser feito por meio de um processo dialógico, em que professores e estudantes são sujeitos na produção de novos conhecimentos; a construção de uma prática comunicacional que priorize a questão agrária brasileira, sendo esta o fio condutor de todo o Curso, relacionando-a com a questão comunicacional mais ampla; a teoria teve por referência a prática social, recriando-a criticamente; a relação pesquisa-ensino-extensão possibilitou o confronto dos conteúdos do Curso com a realidade comunicacional, contribuindo para a formação de jornalistas da terra.

Uma das maiores contribuições do curso foi o incentivo à Comunicação Comunitária, que estimula o exercício da cidadania que poderíamos classificar como insurgente, na perspectiva de Holston (2013):

(...)a comunicação comunitária se caracteriza por processos de comunicação baseados em princípios públicos, tais como não ter fins lucrativos, propiciar a participação ativa da população, ter propriedade coletiva e difundir conteúdos com a finalidade de educação, cultura e ampliação da cidadania. Engloba os meios tecnológicos e outras modalidades de canais de expressão sob controle dos movimentos e organizações sociais sem fins lucrativos. Em última instância, realiza-se o direito à comunicação na perspectiva do acesso aos canais para se comunicar. Trata-se não apenas do direito do cidadão à informação, enquanto receptor – tão presente quando se fala em grande mídia –, mas do direito ao acesso aos meios de comunicação na condição de emissor e difusor de conteúdos. E a participação ativa do cidadão, como protagonista da gestão e da emissão de conteúdos, propicia a constituição de processos educacionais, contribuindo, dessa forma, para o desenvolvimento do exercício da cidadania. (PERUZZO, 2006, págs. 9-10).

Ao mesmo tempo, o curso de Jornalismo da Terra se comprometeu com o empoderamento dos assentados e assentadas da reforma agrária através do Movimento sem Terra:

Empoderamento, de empowerment, em inglês, quer dizer participação popular ativa com poder de controle e de decisão nos processos sociais

(políticas públicas relacionadas à educação, saúde, transporte, questões de gênero, geração de renda), e como tal, também, dos meios de comunicação. O desafio atual é justamente avançar no empoderamento qualitativo e amplo das novas tecnologias de comunicação.(PERUZZO, 2006, pág. 10)

Além disso, deixamo-nos guiar pelos princípios da Comunicação Grupal Libertadora. A sistematização das fases ou etapas que definem a comunicação libertadora proposta por Terrero (1988, págs. 108-109) apontam o grupo como elemento animador. Num momento seguinte, a *mensagem-meio* proporciona a aproximação à realidade. Na fase seguinte, o problema colocado é discutido, *refletindo* sobre ele, e se obtém certo grau de *conscientização*. Tudo isto através do diálogo. São efetuadas *ações libertadoras*, relacionadas com o problema colocado. *Avalia-se* todo o processo para evitar os mesmos erros e avançar.

Ao descrever a comunicação grupal libertadora como processo (TERRERO, 1988), tentam-se desvendar os elementos que desencadeiam a formação do grupo: a exploração leva à organização. A meta do grupo formado, então, seria combater esta exploração. Um grupo libertador atravessa várias etapas em seu processo de constituição: na primeira etapa, os grupos surgem pela necessidade que toda pessoa tem de relacionamento com vizinhos, líderes e outras comunidades. Na segunda etapa, os grupos se autodeterminam através de seus objetivos. E, na terceira etapa, os grupos se projetam através de suas ações que visam à concretização de seus objetivos.

Poderíamos classificar a comunicação grupal libertadora como uma prática de comunicação comunitária, na acepção de Paiva (2003, p.48):

Dentro de um esquema de *comunicação comunitária* – aquela orientada não por uma lógica puramente empresarial, mas principalmente por determinações grupais ou comunitárias – importam muito mais os objetivos e o comprometimento entre as partes, para se alcançar metas programadas do que o uso de x ou y sistema de comunicação.

A partir destes princípios, os conteúdos foram organizados em quatro eixos temáticos que foram trabalhados de forma integrada: conteúdos teórico-conceituais, conteúdos analíticos e informativos sobre a atualidade, conteúdos de linguagens, técnicas e tecnologias midiáticas e conteúdos ético-políticos.

Levando em conta as Diretrizes Curriculares para os cursos de Comunicação Social, em vigor à época, estes conteúdos se referiram tanto ao campo geral da Comunicação, quanto à habilitação específica, inscrevendo-se, sempre, no contexto da sociedade

contemporânea. Observa-se, ainda, que os quatro conjuntos de conhecimentos não se apresentaram de forma estanque e se interrelacionaram tanto por sua presença comum em problemas práticos e profissionais como nas reflexões teóricas sobre a área. As perspectivas críticas atravessaram todas as categorias de conhecimentos, e, ainda, o conhecimento de linguagens não se restringiu a suas interações com as tecnologias, mas dependeram, também, das questões interpretativas, analíticas e informativas da atualidade.

Na formulação específica destes conteúdos, o Projeto Acadêmico do Curso assumiu uma decidida e consistente perspectiva humanística. As próprias tecnologias, com a dimensão transformadora presente na atualidade, receberam tratamento que fizeram sua compreensão pelo estudante ultrapassar os aspectos utilitários e alcançar as interações entre a Comunicação e a cultura, a política, a economia e a reforma agrária.

A organização curricular tiveram como eixo as três Unidades Curriculares que integraram as diversas disciplinas do curso, permitindo uma articulação de saberes e práticas afins, em um processo permanente de reflexão e troca de experiências. São elas as Unidades de Fundamentação Teórica, Impresso, Audiovisual.

A proposta pedagógica, seguindo as diretrizes determinadas pelo PRONERA, fundamentou-se em dois tipos de atuação, em cada unidade curricular: um período intensivo, presencial (tempo escola) e outro não presencial (tempo comunidade), sob a forma de trabalho dirigido e executado na própria comunidade.

O tempo presencial (tempo escola) consistiu num momento intensivo com presença direta dos estudantes, onde estes participaram de um conjunto de atividades organizadas (aula, oficina, organização, trabalho...), conforme a proposta metodológica de cada etapa e as unidades curriculares previstas. Este tempo presencial constou de setenta por cento das horas/aula previstas nas disciplinas para cada semestre, tendo como procedimento didático fundamental a perspectiva dialógica. Os alunos utilizaram o espaço e a infra-estrutura do Curso de Jornalismo da UFC para a realização das aulas e das atividades didáticas.

Foram utilizadas técnicas de trabalho em pequenos grupos, plenárias, exposições coletivas, leitura e discussão de textos, pesquisas e atividades práticas. Os temas abordados, nas diversas áreas do conhecimento, foram aprofundados a partir de leituras da produção científica e cultural dos docentes da UFC, assim como de integrantes dos assentados e assentadas da reforma agrária, que foram solicitados a contribuir mediante doação de

exemplares para constituição de biblioteca de apoio aos grupos de estudo/Núcleo de Formação.

O tempo não presencial (tempo comunidade) correspondeu a trinta por cento das horas/aulas previstas para cada semestre. Esse momento foi o tempo de retorno e de atuação direta dos estudantes no cotidiano dos assentamentos, realizando trabalhos das unidades curriculares numa perspectiva interdisciplinar, integrados às atividades nas organizações em que estão engajados, conforme o planejamento destas, articulando a formação teórica com a prática. O trabalho não presencial se desenvolveu na própria comunidade do estudante e foi acompanhado por professores e estudantes universitários. Ao final de cada semestre, os estudantes apresentaram uma produção escrita e/ou gravada como resultado dessa aprendizagem.

Seguindo as sugestões apresentadas por alunos, professores e bolsistas, a partir da quarta etapa, o tempo escola foi ampliado para quarenta e cinco dias, o que possibilitou maior carga horária para a realização de leituras e trabalhos, tornando a atividade didática menos corrida e mais eficaz, como foi apontado na avaliação realizada pelos alunos, no final do tempo escola desta etapa.

Um elemento marcante do tempo escola da quinta, sexta, sétima e oitavas etapas do curso foi a realização de atividades de extensão que complementaram a formação dos alunos. Seminários, palestras e oficinas tiveram participação dos alunos do curso de Jornalismo da Terra que, com a ampliação da etapa, tiveram um período coincidente com as atividades dos cursos regulares do Centro de Humanidades, possibilitando um maior intercâmbio com os demais alunos da UFC. Além disso, os alunos foram beneficiados com o funcionamento da Biblioteca que, geralmente, entra em recesso em parte das férias, pegando livros emprestados e frequentando os diversos ambientes universitários.

A última fase, que aconteceu de janeiro a maio de 2014, foi a revisão dos trabalhos de conclusão de curso pelos alunos, com auxílio dos orientadores e da coordenação, e encaminhamento para a biblioteca, para facultar à sociedade a consulta aos trabalhos.

4. Sistema de Registro, Acompanhamento e Avaliação

A frequência foi acompanhada pelos professores e os alunos foram avaliados ao longo de todas as disciplinas, apresentando trabalhos que foram apreciados no tempo escola e outros trabalhos realizados no tempo comunidade, que também foram corrigidos e avaliados pelos professores, sendo as notas incorporadas às médias finais.

Houve, ainda, processos de recuperação, para ajudar àqueles alunos que não obtiveram a média necessária à aprovação. Para isto, os alunos contaram com o acompanhamento do tempo recuperação, realizado simultaneamente ao acompanhamento do tempo escola dos alunos que não ficaram de recuperação. Os professores e monitores se revezaram, ora atendendo aos alunos em recuperação, ora atendendo os alunos que tinham dúvidas na realização dos trabalhos do tempo escola de cada etapa.

Dessa avaliação, percebe-se que houve um progresso intelectual dos educandos (as), cuja apropriação do conhecimento científico contribuiu, para fundamentar a sua formação política e técnica na área do Jornalismo do Campo e para a melhoria das condições das atividades de comunicação nos assentamentos de maneira geral, tanto na comunicação interna quanto na comunicação externa, com o restante da sociedade.

5. Trabalhos de conclusão de curso

Os trabalhos de conclusão de curso foram todos revisados de janeiro a maio de 2014 pelos alunos, com a supervisão dos orientadores e da coordenação do curso, e encaminhados à biblioteca da Universidade Federal do Ceará, para serem colocados à disposição da sociedade para consulta.

Estes trabalhos foram de caráter mais prático ou mais teórico e se enquadraram em alguns grupos, de acordo com seus objetivos específicos. O primeiro grupo incluiu três trabalhos jornalísticos⁹ e pesquisas monográficas¹⁰ sobre a mídia alternativa do próprio Movimento sem Terra.

⁹ Os trabalhos práticos (documentários, livros reportagem, jornais) foram: "A Relevância da Rádio Lagoa Grande FM 88,7 para o Assentamento Madre Paulina", rádio-documentário de Andreia Nunes, orientado por Edgard Patrício de Almeida Filho; "Rádio Comunitária como instrumento de transformação: A experiência da Rádio Comunitária Resistência FM em Belém do Pará", documentário audiovisual de Antônio Carlos Costa Luz, orientado por Luana Amorim; trabalho prático análise do site: "A Comunicação no Movimento dos Trabalhadores rurais Sem Terra e a experiência do site da Escola de Samba Unidos da Lona Preta", de Silvana Bezerra da Silva, orientado por Zoraia Nunes Dutra Ferreira.

¹⁰ As cinco pesquisas monográficas que analisaram as experiências midiáticas nos assentamentos do Movimento Sem Terra foram: "Estudo de Recepção: Apropriação das informações do Programa Alô Litoral no Assentamento Lucas Dantas", de Wesley Oliveira Lima, orientada por Catarina Tereza Farias de Oliveira; "Rádio 25 de maio: a participação da mulher na experiência de comunicação do assentamento", de Maria Sheila Rodrigues do Nascimento, orientada por Catarina Tereza Farias de Oliveira; "Comunicação comunitária na rádio lagoa do mineiro: processos de construção das práticas comunicacionais no MST", de Felipe Melo de Sousa, orientado por Catarina Tereza Farias de Oliveira; "Comunicação: jornada de abril, acampados", de Rozana Maria da Conceição, orientada por Zoraia Nunes Dutra Ferreira; "Internet e o uso do boletim MST/RJ do MST no Rio de Janeiro (2011)", de Rafael Bonfim Miranda, orientado por Catarina Tereza Farias de Oliveira.

Outro grupo de vinte trabalhos práticos¹¹, utilizando diferentes gêneros jornalísticos e meios de comunicação diversos (documentários jornalísticos radiofônicos ou audiovisuais, jornais) se reportou ao registro de conflitos vivenciados pelo MST com a sociedade em geral na luta por seus objetivos, à historização da atuação do movimento, no campo político, social e cultural, realização de projetos inovadores pelo movimento, contribuindo para a afirmação da identidade e para o resgate da memória da trajetória de seus militantes.

Neste mesmo grupo, de registro de relações de conflito entre o MST e a sociedade, foi produzida uma só pesquisa monográfica: “Complexo hidroelétrico do Tapajós: o discurso desenvolvimentista do governo federal nos produtos de comunicação do diálogo Tapajós”, de Cleidiane Vieira, orientada por Márcia Vidal.

Um terceiro grupo de três monografias se refere à análise da cobertura jornalística da mídia convencional sobre situações de conflito entre o MST e a sociedade: “O quilombo Rio dos Macacos (BA): silenciamento e invisibilidade na imprensa baiana”, de Ana Iris Nogueira, orientado por Adelaide Maria Pereira Gonçalves; “Sob os trilhos da Vale no Pará: as questões sociais, a voz do Jornal o Liberal e o MST”, de Viviane Pereira Santa Brígida, orientado por José Ronaldo Aguiar Salgado; e “Folha de São Paulo e a cobertura

¹¹ Os trabalhos práticos produzidos foram: ensaio fotográfico “Agricultura familiar em documentário: Imagens sobre a produção do assentamento Rosário, de Hildebrando Silva de Andrade, orientado por Lyse Horn; jornal impresso “Jornal dos Atingidos em Luta”, de Mércia Vieira Fernandes, orientado por José Ronaldo Aguiar Salgado; jornal impresso “Jornal Escola em Movimento”, de Geani Paula de Souza da Rosa e Riquieli Capitani, orientadas por José Ronaldo Aguiar Salgado; análise do site e construção do blog: “Telecentro como ambiente de trabalho, descontração e integração social em suporte multimídia”, de Raquel da Luz Araújo de Souza e Francisco de Assis dos S. Soares, orientado por Marcelo Inácio; rádio-documentário “A seca na região Nordeste”, de Francisco Marcelo Matos da Silva, Cleucivânia Ribeiro e Tiago Pereira, orientado por Márcia Vidal; jornal impresso “Jornal do MST”, de Neuber Josélio Amador, orientado por José Ronaldo Aguiar Salgado; livro reportagem “As repercussões da transposição do rio São Francisco em Petrolândia”, de Maria Genilda da Rocha Teixeira, orientada por José Ronaldo Aguiar Salgado; rádio-documentário “Curso de Jornalismo da Terra”, de Ramiro Olivier de Souza, orientado por Edgard Patrício de Almeida Filho; documentário audiovisual “A Voz dos Atingidos”, de Nelsina Gomes Neta, orientado por Luana Amorim; documentário audiovisual “História de uma Luta – Chapada Diamantina”, de Roque Reis dos Santos e Romilson Joaquim de Souza, orientado por Alicianne Gonçalves; documentário audiovisual “Ocupação do MTST na periferia de Fortaleza e a relação com o MST”, de Carlos Silva, orientado por Klycia Fontenelle; documentário audiovisual: “A história da luta pela terra na comunidade de resistência Boqueirão/Sobral-ce”, de Antonia Aline Costa de Oliveira e Lucilene Nascimento da Luz Silva e Samuel do Nascimento Silva, orientada por Alicianne Gonçalves; documentário audiovisual: “Comunicação e religião: construindo relações na Vila Diamante”, de Carlos Magno Sirqueira e Cosme de Jesus Sousa Araújo, orientado por Alicianne Gonçalves; rádio-documentário “Rede Tucum”, de Eliana Leite Martins Farias, orientado por Edgard Patrício de Almeida Filho; rádio-documentário: “Relatos da marcha estadual por reforma agrária, emprego moradia e justiça – 1997-Maranhão”, de Reynaldo da Silva Costa, orientado por Márcia Vidal; livro reportagem “Manifestações culturais no MST”, de Aparecida da Silva e Magnólia Fagundes da Silva, orientadas por Klycia Fontenelle; livro-reportagem “Escarificação/alfabetização de jovens e adultos no assentamento Novo Horizonte”, de Eliane de Souza Saraiva, orientada por Klycia Fontenelle; documentário radiofônico “Memória e Movimento das Manifestações Culturais dos Assentamentos Marrecas e Lisboa no período de 1989 até os dias atuais”, de Ioneide Nunes da Silva e Marilene Nascimento de Araújo, orientadas por Edgard Patrício de Almeida Filho; documentário radiofônico “Construção do Complexo Binacional Hidrelétrico Garabi e os impactos às populações atingidas”, de Neudicleia Neres Oliveira e Fábio Luís Reis, orientado por Edgard Patrício de Almeida Filho.

da luta do assentamento Milton Santos”, de Antonio Kanova Junior, orientado por José Ronaldo Aguiar Salgado.

Conclusões

No processo de avaliação do curso, percebeu-se que houve um progresso intelectual dos educandos (as), cuja apropriação do conhecimento científico contribuiu, para fundamentar sua formação política e técnica na área do Jornalismo do Campo e da melhoria das condições das atividades de Comunicação nos assentamentos de maneira geral.

Foram utilizadas várias técnicas pedagógicas inovadoras, privilegiando a participação e a postura crítica por parte dos alunos.

A proposta tornou-se inovadora por integrar, desde o início, as atividades de pesquisa e inserção social dos alunos na realidade comunicacional dos assentamentos.

Na avaliação realizada pela coordenação do curso, pudemos constatar através dos depoimentos dos alunos que os conhecimentos obtidos no curso já estão sendo aplicados nos trabalhos de Comunicação nos assentamentos, facilitando a integração entre seus membros e ajudando na difusão de informações.

Outro aspecto extremamente positivo, no processo de avaliação final do curso de Jornalismo da Terra, foi a constatação de que os professores, estudantes universitárias, supervisão pedagógica e coordenação se empenharam no sentido de viabilizar todas as atividades previstas, procurando usar técnicas pedagógicas inovadoras¹², envolvendo-se com pesquisa e extensão e aprofundando seus conhecimentos sobre as relações entre mídia, cidadania, movimentos sociais e a questão da terra.

Nesse sentido, o curso de Jornalismo da Terra foi um marco na ampliação do exercício da cidadania que Holston (2013) define como insurgente e que, no Brasil, sempre foi marcada pela diferenciação, com a vivência desigual de direitos políticos, sociais e civis pela população excluída, na qual se incluem os sem terra. Cabe, agora, aos jornalistas da terra prosseguirem na missão de abrir novos caminhos que ampliem, de forma ainda mais

¹²As técnicas de comunicação participativa e dinâmicas de grupo tornaram as aulas mais atraentes e participativas, proporcionando um maior resultado no aprendizado e na ampliação do nível de reflexão crítica dos educandos (as) em relação à realidade que os cerca.

significativa, seu lugar social nesses novos tempos que a plena vigência democrática está trazendo.

Referências bibliográficas

- CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 7ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.93 p.
- HOLSTON, J. **Cidadania Insurgente – Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. Rio de Janeiro, Companhia das Letras, 2013, 498 p.
- NUNES, M. V. **Teologia da Libertação, Mística e MST: o papel da Comunicação Grupal Libertação na Organização Política do Movimento**. Fortaleza, Edições UFC, 2012.
- OLIVIERA, A.V. **A Geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1997.
- PAIVA, R. **O Espírito Comum – Comunidade, Mídia e Globalismo**. Rio de Janeiro, Maud, 2003, 2ª ed.
- PERUZZO, C. **Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – XIX Congresso de Ciências da Comunicação – UNB – 6 a 9 de setembro de 2006.
- TERRERO, J. M. **Comunicação Grupal Libertadora**. São Paulo, Paulinas, 1988.